

**Educação em saúde e direito: em busca da proteção do aleitamento materno e dos direitos das gestantes em uma maternidade pública**

**Health and law education: seeking to protect breastfeeding and the rights of pregnant women in a public maternity hospital**

**Educación en salud y derecho: buscando proteger la lactancia materna y los derechos de las mujeres embarazadas en un hospital público de maternidad**

Recebido: 25/08/2019 | Revisado: 31/08/2019 | Aceito: 06/09/2019 | Publicado: 04/10/2019

**Thiana Magalhães Vilar**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5210-4889>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [thiana\\_vilar@hotmail.com](mailto:thiana_vilar@hotmail.com)

**Iara Katrynne Fonsêca Oliveira**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2775-5385>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [iarakatrynne@hotmail.com](mailto:iarakatrynne@hotmail.com)

**Nayara Vieira Do Nascimento Monteiro**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6607-3697>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [nayaramonteeiro@hotmail.com](mailto:nayaramonteeiro@hotmail.com)

**Francisca Yonnállya Gomes De Araújo**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3882-7428>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [yonnallyaaraujo@gmail.com](mailto:yonnallyaaraujo@gmail.com)

**Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho**

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8707-1447>

Universidade Federal do Piauí, Brasil

E-mail: [cecilia.ufpi@hotmail.com](mailto:cecilia.ufpi@hotmail.com)

**Resumo**

Objetivo: Desenvolver atividades educativas com a temática saúde e direito com gestantes atendidas em uma maternidade hospital amigo da criança (HAC) da cidade de Teresina-PI.

Metodologia: Trata-se de um estudo descritivo, voltado para as gestantes atendidas na

Maternidade Dona Evangelina Rosa. As ações se deram através da distribuição de materiais educativos e de palestras com troca de experiências e de conhecimento sobre amamentação e direitos garantidos a gestante. Resultados: No total, 30 gestantes atendidas na maternidade participaram das palestras e tiveram acesso aos materiais educativos. Aconteceram 8 encontros, em cada um houve a participação de um grupo conduzido por uma equipe multiprofissional, abordando assuntos sobre os direitos no momento do parto quanto ao acompanhante, quanto ao contato pele a pele com o bebê após o parto, bem como os fatores que podem dificultar a amamentação correta e aleitamento exclusivo, buscando identificá-los e apresentar formas de como evitá-los. Conclusão: Através das ações desenvolvidas foi perceptível observar que as palestras e a distribuição de materiais informativos foram importantes na disseminação de conhecimentos para as gestantes, porém, não houve a participação de um maior número de gestantes nessas ações educativas, já que não era obrigatório. Sendo assim fundamentais que essas palestras se tornem peças fundamentais no pré-natal de gestantes nas maternidades.

**Palavras chave:** Gestante; Aleitamento materno; Direitos.

### **Abstract**

Objective: To develop educational activities on health and law with pregnant women attended at a child-friendly hospital (HAC) in the city of Teresina-PI. Methodology: This is a descriptive study, aimed at pregnant women attended at Dona Evangelina Rosa Maternity. The actions took place through the distribution of educational materials and lectures with exchange of experiences and knowledge about breastfeeding and rights guaranteed to pregnant women. Results: In total, 30 pregnant women attended at the maternity hospital attended the lectures and had access to educational materials. There were 8 meetings, in each one of them a group led by a multiprofessional team, addressing the rights of childbirth at the time of the companion, the skin-to-skin contact with the baby after delivery, as well as the factors that can make it difficult to correct breastfeeding and exclusive breastfeeding, seeking to identify them and provide ways to avoid them. Conclusion: Through the actions developed it was noticeable that the lectures and the distribution of informative materials were important in the dissemination of knowledge to the pregnant women, however, there was no participation of a larger number of pregnant women in these educational actions, since it was not mandatory. Therefore, it is fundamental that these lectures become fundamental pieces in the prenatal care of pregnant women in maternity wards.

**Keywords:** Pregnant Woman; Breastfeeding; Rights.

## Resumen

**Objetivo:** Desarrollar actividades de educación en salud y derecho con mujeres embarazadas atendidas en un hospital amigable para los niños (HAC) en la ciudad de Teresina-PI. **Metodología:** Este es un estudio descriptivo, dirigido a mujeres embarazadas atendidas en Dona Evangelina Rosa Maternity. Las acciones se llevaron a cabo mediante la distribución de materiales educativos y conferencias con intercambio de experiencias y conocimientos sobre la lactancia materna y los derechos garantizados a las mujeres embarazadas. **Resultados:** En total, 30 mujeres embarazadas atendidas en el hospital de maternidad asistieron a las conferencias y tuvieron acceso a materiales educativos. Hubo 8 reuniones, en cada una de ellas, un grupo dirigido por un equipo multiprofesional, que trató los derechos del parto en el momento de la acompañante, el contacto piel con piel con el bebé después del parto, así como los factores que puede dificultar la corrección de la lactancia materna y la lactancia materna exclusiva, buscando identificarlos y proporcionar formas de evitarlos. **Conclusión:** a través de las acciones desarrolladas, se observó que las conferencias y la distribución de materiales informativos eran importantes en la difusión del conocimiento a las mujeres embarazadas, sin embargo, no hubo participación de un mayor número de mujeres embarazadas en estas acciones educativas, ya que no era obligatorio. Por lo tanto, es fundamental que estas conferencias se conviertan en piezas fundamentales en el cuidado prenatal de mujeres embarazadas en salas de maternidad.

**Palabras clave:** mujer embarazada,; lactancia materna; derechos.

## 1. Introdução

O período gestacional pode ser um momento propício para ações de promoção e educação em saúde, pois a mulher mostra-se receptiva a mudanças e ao processamento de informações que podem ser revertidas em benefícios para a gestação e para futuro bebê. (Camacho et. al., 2010). É multiplicadora de informações e ações que levam o bem-estar da família e conseqüentemente, a melhoria da qualidade de vida de todos (BRASIL, 2005).

Além disso, a gravidez é o período ideal para a intervenção de profissionais da saúde porque a mulher está muito próxima desses profissionais na realização de consultas frequentes, exames de rotina recebendo uma série de novas orientações. Tais orientações ainda são pouco conhecidas por ela, como as que representam o direito delas quanto gestantes

e a importância do aleitamento materno e seu manejo correto para a prática da amamentação (Surita, Nascimento & Pinto e Silva, 2014).

O Brasil evoluiu significativamente no desenvolvimento de direitos que atendam às necessidades específicas de gestantes e puérperas, tanto no âmbito trabalhista, social, quanto no que diz respeito à saúde. O SUS, por exemplo, vem construindo uma sólida base jurídica e um conjunto de políticas públicas para garantir os direitos da mulher (gestante e nutriz) e do bebê, de forma segura e digna. Entretanto, mesmo em meio a tantas leis, estatutos e resoluções, é necessário que a gestante, como beneficiária primária, tenha conhecimento dos mecanismos que a protege para que possa reivindicá-los em caso de omissão (Cury, 2006).

A amamentação constitui uma importante vertente no que se refere à saúde da mulher e à proteção da criança. Considerando a alta vulnerabilidade biológica da criança, favorável a ocorrência de infecções, desnutrição e comprometimento dos processos de crescimento e desenvolvimento, a gestante deve ser orientada sobre a importância do aleitamento materno para a nutrição adequada e promoção da saúde do lactente, assim a sociedade deve desenvolver projetos facilitadores para essa ação, utilizando de meios que disseminem informações pertinentes a essa prática (Frias et al., 2011).

Com o avanço no desenvolvimento de políticas em benefício da amamentação destaca-se a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC). Tal iniciativa foi idealizada em 1990 pela Organização Mundial da Saúde (OMS) e pelo UNICEF para promover, proteger e apoiar o aleitamento materno. Assim, a IHAC tem por objetivo mobilizar os funcionários dos estabelecimentos de saúde para que mudem condutas e rotinas que contribuem com o aumento dos índices de desmame precoce.

É dever do profissional de saúde identificar e compreender o processo do aleitamento materno no contexto sociocultural e familiar e, a partir dessa compreensão cuidar da dupla mãe/bebê e de sua família (Castro & Araújo, 2006). Alguns problemas enfrentados pelas nutrizes durante o aleitamento materno, se não forem precocemente identificados e tratados podem ser importantes causas de interrupção da amamentação. Os profissionais de saúde têm um papel importante na prevenção e no manejo dessas dificuldades, sejam elas: sucção ineficaz, demora na “descida do leite”, mamilos planos ou invertidos, ingurgitamento mamário, dores, mastites etc (BRASIL, 2015).

Dessa forma, é possível observar que com os esforços tanto do governo quanto da sociedade brasileira foram obtidas importantes vitórias em relação à saúde da mãe e do bebê, como a redução em 60% da mortalidade infantil de crianças menores de 01 ano entre 1990 e 2008 (47,1 a cada mil nascidos vivos em 1990 para 19 a cada mil nascidos vivos em 2008).

Entretanto, o País ainda enfrenta importantes desafios para assegurar o direito à sobrevivência e ao desenvolvimento de cada criança e à saúde de cada gestante. Portanto, é preciso garantir que os direitos assegurados em lei e transformados em ações de governo sejam efetivamente cumpridos. Sendo assim, fundamental que a mulher (gestante ou nutriz) e seus familiares conheçam e saibam como reivindicá-los.

Diante do contexto, as questões sobre esse tema são pouco discutidas e, o conhecimento das gestantes do que representa seus direitos ainda é insuficiente. As pesquisas sobre a realidade social das gestantes em Teresina acerca dessa temática são pouco realizadas, daí a necessidade de voltar-se o olhar para o estudo e desenvolver ações que possam beneficiar as gestantes em âmbito local. Sendo assim o objetivo do estudo foi desenvolver atividades educativas com a temática saúde e direito com gestantes atendidas em uma maternidade hospital amigo da criança (HAC) da cidade de Teresina-PI.

## **2. Metodologia**

Trata-se de um estudo transversal, descritivo e observacional realizado a partir do Projeto Acolher envolvendo gestantes que realizavam o pré-natal na Maternidade Dona Evangelina Rosa (MDER), localizada no município de Teresina, Piauí.

O projeto foi submetido à Comissão de Ética da Maternidade e posteriormente aprovado. Após autorização e aprovação, foram realizadas visitas, nos turnos manhã e tarde, para conhecimento das gestantes atendidas no local, adquirir um maior contato com a equipe de saúde e observação do local de atendimento que as gestantes se consultavam. A técnica observacional foi utilizada como uma parte importante no desenvolvimento da pesquisa, já que a mesma possibilita registrar as informações obtidas durante a sua execução (Pereira, A.S. et al., 2018).

Antes da realização das atividades, o grupo envolvido no projeto participou de vários cursos promovidos pela maternidade, como forma de aprimorar o conhecimento do grupo e treiná-los quanto à abordagem a ser feita para as gestantes. O curso sobre a Iniciativa Hospital Amigo da Criança (IHAC) possibilitou um maior aprendizado, além de viabilizar uma relação das alunas com os profissionais e para o conhecimento da estrutura da própria maternidade.

Cada atividade proposta para o grupo de gestantes teve que passar pelo Núcleo de Educação Permanente da Maternidade (NEPS) para avaliar se os materiais pedagógicos utilizados estavam de acordo com a proposta da maternidade, no sentido de priorizar a proteção a gestante e unificação das informações transmitidas. Dessa forma, sempre

orientadas pelas profissionais responsáveis, enfermeira e psicóloga, as ações do projeto foram desenvolvidas com critérios éticos e humanos.

Após estas etapas, os objetivos do projeto foram apresentados e as gestantes foram convidadas a participarem do projeto. Com entusiasmo e criatividade procurou-se chamar a atenção das gestantes para temas importantes elencados na proposta do projeto a respeito dos seus direitos e importância do aleitamento materno.

Os encontros aconteceram semanalmente, com duração de 2 horas, buscando discutir principalmente os temas relacionados aos direitos no momento do parto e aleitamento materno, temas estes pré-estabelecidos pela direção da Instituição.

Destaca-se que embora o tema das palestras fosse predefinido, outros assuntos foram incluídos à medida que o próprio grupo de gestantes manifestava algum interesse ou esclarecimento sobre determinado assunto.

### **3. Resultados e Discussão**

Participaram 30 gestantes, integrantes do grupo atendidas na maternidade. As palestras foram conduzidas por uma equipe multiprofissional composta por profissionais de Enfermagem, Nutrição e Medicina.

No total ocorreram oito encontros, em cada um houve a participação de um especialista abordando assuntos sobre: os direitos no momento do parto quanto ao acompanhante, quanto ao contato pele a pele com o bebê após o parto, amamentação na primeira hora de vida, bem como os fatores que podem dificultar a amamentação correta e aleitamento exclusivo, buscando identificá-los e apresentar a forma de como evitá-los.

Por receber o título de Hospital Amigo da Criança, a Maternidade em questão já desenvolve atividades de educação junto às gestantes. Porém, ainda, há falhas que puderam ser percebidas pelo grupo no período de observação e reconhecimento da maternidade antes do início das atividades. Uma das dificuldades da própria maternidade, portanto, é a não participação das gestantes na palestra que é desenvolvida todos os dias nos turnos manhã e tarde. Foi percebido desde o início, que as pacientes têm receio de se deslocar para o local de realização das palestras, por se encontrarem à espera de suas consultas, apresentam medo de perderem a mesma ou a senha para marcação de consultas, mesmo sendo orientadas que isso não acontece.

Outro ponto observado pela equipe foi um número reduzido de gestantes participantes das palestras sobre direitos das gestantes e aleitamento materno. Uma sala com capacidade

para 30 gestantes, muitas vezes foi realizada com um terço dessa capacidade. Observando isso, após a realização da palestra com as gestantes, as estudantes participantes do projeto passaram a abordar nas salas de espera todas àquelas que não estavam presentes. As gestantes eram abordadas de forma cordial e ética, e se dispuseram a conversar enquanto esperavam as consultas. Foram utilizados como ferramentas nesse processo alguns recursos visuais que chamavam atenção, como *folders* contendo imagens ilustrativas e charges.

Nas abordagens individuais foram observadas reações variadas. Algumas gestantes se mostram mais desatentas e dispersas, mas ainda assim permanecia o tempo necessário para a transmissão das informações. A maioria, porém, interagiram com perguntas e ainda sugeriram temas relevantes para uma abordagem em outros encontros. Várias gestantes também relataram experiências próprias ou de terceiros e questionaram sobre mitos e verdades em ações no dia-a-dia e agradeceram, por fim, pelas informações recebidas e pela atenção que receberam.

Algumas das pacientes abordadas relataram que nunca foram informadas sobre a importância do aleitamento materno e sobre seus direitos na maternidade, em qualquer local que foram atendidas, nos postinhos de saúde ou maternidades. Afirmaram ainda inclusive que nos partos anteriores não tiveram a presença de um acompanhante porque não sabiam que era permitido. Outras informaram que não sabiam dos riscos do uso da chupeta no processo de deglutição e mastigação do bebê e que iriam parar de oferecer aos filhos.

Foi notório que não havia uma homogeneidade e proporcionalidade quanto ao número de vezes que as gestantes participavam da palestra e número de semanas de sua gestação, ou seja, havia gestantes com oito meses que ainda não tinha participado de nenhuma palestra e conseqüentemente possuía pouco ou nenhum conhecimento a respeito do tema, enquanto que outras com meses a menos já haviam participado de uma ou mais, se mostrando assim interativas e conhecedoras de seus direitos, bem como sobre o aleitamento materno exclusivo.

Através das ações desenvolvidas na maternidade, foi perceptível observar que as palestras e a distribuição de materiais educativos foram uma forma eficiente de disseminar conhecimentos para as gestantes. Porém tais informações não chegavam a um maior número de gestantes como era pretendida, já que tais ações educativas não eram obrigatórias e muitas das gestantes não participavam da mesma.

Portanto, além das abordagens individuais com a distribuição de materiais informativos que já são realizadas pela maternidade, se faz de fundamental importância que os profissionais que atendem essas gestantes encaminhem as mesmas para as palestras como parte obrigatória dos atendimentos no pré-natal.

#### 4. Considerações Finais

Os resultados apresentados sugerem que ainda falta uma maior preocupação da maternidade, quanto à disseminação de informações relevantes quanto ao direito das gestantes, assim também como a importância do aleitamento materno e seu manejo correto tanto para a mãe, como para o bebê. Alternativas eficazes como a participação direta do médico que atende a gestante, repassando as mesmas para as palestras como parte do atendimento, seria uma forma de aumentar a demanda das gestantes nas palestras, trazendo benefícios tanto para a maternidade, quanto para a gestante e o bebê.

O conhecimento das gestantes do que representa seus direitos ainda é insuficiente, o que remete a uma maior importância de informações sobre esse assunto, assegurando assim os direitos da mulher (gestante e nutriz) e do bebê, de forma segura e digna, para que as mesmas tenham conhecimento dos mecanismos que as protegem reivindicando em caso de omissão.

Além disso, oferecer o conhecimento sobre aleitamento materno é dever do profissional de saúde, pois os mesmos têm um papel importante na prevenção e no manejo de dificuldades, promovendo assim uma nutrição adequada auxiliando na saúde do lactente.

Esse tema ainda é pouco discutido, sendo de grande importância mais estudos na viabilização de alternativas que propague um maior conhecimento para essas gestantes, sendo eles por abordagens coletivas ou individuais e pelo uso de diferentes recursos como palestras, materiais informativos, ou até mesmo que venha a ser implantado na caderneta da gestante, dias obrigatórios para que as mesmas tenham acesso a essas informações de maneira continuada e efetiva.

Sendo assim importante o desenvolvimento de trabalhos futuros com a temática: estratégias eficazes para a propagação de informações às gestantes no pré-natal, alcançando aquelas em zonas urbanas, rurais, as que são atendidas em maternidades públicas, privadas e em postos de saúde, assegurando as mesmas seus direitos quanto gestantes.

#### Referências

Almeida, L.M.P. (2012) Vulnerabilidade social. RECIFE. Desenvolvimento humano em Recife: *Atlas municipal*. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/Vulnerabilidade%20Social.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2019.

Brasil (2011). *Guia dos Direitos da Gestante e do Bebê*. UNICEF - Fundo das Nações Unidas para a Infância. Ministério da Saúde. São Paulo. Globo.

Camacho KG, Vargens OMC, Progianti JM, Spíndola T (2010). Vivenciando repercussões e transformações de uma gestação: perspectivas de gestantes. *Ciência y enfermería* (2).

Castro, L.M.C.P., & Araújo, L.D.S (2006). Aspectos socioculturais da amamentação. *In: Aleitamento materno: manual prático*. 2. ed. Londrina.

Constituição da República Federativa do Brasil. Constituição (1988). Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso de 14 de jun. 2019.

*Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)*. 34 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Cury, M. (2006). *Estatuto da criança e do adolescente: comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Moderna.

Diniz, C.S.G. (2001). *Entre a técnica e os direitos humanos: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto* [tese]. São Paulo: Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo.

Freire, P. (2006). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 30ª ed. São Paulo: Paz e Terra.

Freire, P. (2005). *Pedagogia do oprimido: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Lei nº 11.108, de 7 de abril de 2005. Altera a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para às parturientes o direito à presença de acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 7 de abril de 2005. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11108.htm). Acesso em 05 ago. 2019.

Lei nº 11. 265, de 3 de Janeiro de 2007. Regulamenta a comercialização de alimentos para lactentes e crianças de primeira infância e também a de produtos de puericultura correlatos. Diário Oficial da república Federativa do Brasil. Brasília, 3 de janeiro de 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11265.htm). Acesso em 05 ago. 2019.

Ministério da Educação. Manual. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu/arquivos/pdf/PETmanual.pdf> Acesso em 15 de agosto de 2019.

Ministério Da Saúde (2005). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Área técnica de saúde da mulher. Pré-natal e puerpério: atenção qualificada e humanizada - manual técnico. Brasília.

Ministério Da Saúde (2009). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: nutrição infantil: Aleitamento materno e alimentação complementar – Brasília: Editora Do Ministério Da Saúde.

Ministério da Saúde (2015). Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde da criança: aleitamento materno e alimentação complementar – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde.

Pereira, A.S. Shitsuka, D.M., Parreira, F.J., & Shitsuka, R. (2018). Metodologia da pesquisa científica. [*e-book*]. Santa Maria/RS. Ed. UAB/NTE/UFSM. Disponível em: [https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic\\_Computacao\\_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1](https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/15824/Lic_Computacao_Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf?sequence=1). Acesso em: 31 ago. 2019.

Portaria Nº 1.153, de 22 de Maio de 2014. Redefine Os critérios de habilitação da Iniciativa Hospital Amigo Da Criança (IHAC), como estratégia de promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno e à saúde integral da criança e da mulher, no âmbito do Sistema Único De Saúde (Sus). Ministério Da Saúde. 22 De Maio De 2014. Disponível Em: [Http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudelegis/Gm/2014/Prt1153\\_22\\_05\\_2014.Html](Http://Bvsms.Saude.Gov.Br/Bvs/Saudelegis/Gm/2014/Prt1153_22_05_2014.Html). Acesso Em: 05 Ago. 2019.

Surita, F.G., Nascimento, S.L., & Pinto e Silva, J.L. (2014). Exercício físico e gestação. Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetricia.36(12).

**Porcentagem de contribuição de cada autor no manuscrito**

Thiana Magalhães Vilar – 22%

Iara Katrynne Fonsêca Oliveira – 22%

Nayara Vieira do Nascimento Monteiro – 22%

Francisca Yonnállya Gomes de Araújo – 12%

Cecília Maria Resende Gonçalves de Carvalho – 22%